

**INSTRUÇÃO PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR NO PARÁ NA DÉCADA
DE 1920**

**PUBLIC EDUCATION AND SCHOOL ADMINISTRATION IN PARÁ IN THE
DECADE OF 1920**

**INSTRUCCIÓN PÚBLICA Y ADMINISTRACIÓN ESCOLAR EN EL PARÁ EN LA
DÉCADA DE 1920**

RESCHKE, Monika
monikareschke@hotmail.com
UFPA – Universidade Federal do Pará
<http://orcid.org/0000-0002-4756-9179>

DAMASCENO, Alberto
albertod@ufpa.br
UFPA – Universidade Federal do Pará
<http://orcid.org/0000-0003-1620-6735>

PANTOJA, Suellem
smartinspantoja@gmail.com
UFPA – Universidade Federal do Pará
<http://orcid.org/0000-0002-9646-586X>

RESUMO O artigo resulta de uma pesquisa sobre a história da educação no Pará na Primeira República, com o objetivo de compreender a relação entre projeções governamentais para instrução pública e administração do grupo escolar Benjamin Constant, no intervalo entre 1922 e 1927. Os documentos utilizados foram: as mensagens dos governadores e os relatos de Aurelia Franco, diretora desse grupo, além de pesquisa bibliográfica em trabalhos sobre educação naquele período. O estudo revelou consequências da crise política, econômica e social do período registrado nos relatos do referido grupo escolar. Observamos que, apesar do discurso louvável e comprometido dos líderes em relação à educação, as escolas existentes não possuíam as condições necessárias para o seu funcionamento e sofriam com a falta de recursos públicos.

Palavras-chave: Administração escolar. Grupo escolar. Instrução pública.

ABSTRACT The article results from a research on the history of education in Pará in the First Republic, with the aim of understanding the relationship between government projections for public instruction and administration of the Benjamin Constant school group, between 1922 and 1927. The documents used were: the messages of the governors and the reports of Aurelia Franco, director of this group, besides

bibliographical research in works on education in that period. The study revealed consequences of the political, economic and social crisis of the period recorded in the reports of said school group. We note that, despite the leaders' commendable and committed discourse on education, the existing schools lacked the necessary conditions for their functioning and suffered from a lack of public resources.

Keywords: School administration. School group. Public education.

RESUMEN El artículo resulta de una investigación sobre la historia de la educación en Pará en la Primera República, con el objetivo de comprender la relación entre proyecciones gubernamentales para instrucción pública y administración del grupo escolar Benjamin Constant, en el intervalo entre 1922 y 1927. Los documentos utilizados fueron: los mensajes de los gobernadores y los relatos de Aurelia Franco, directora de ese grupo, además de investigación bibliográfica en trabajos sobre educación en aquel período. El estudio reveló consecuencias de la crisis política, económica y social del período registrado en los relatos del referido grupo escolar. Observamos que, a pesar del discurso loable y comprometido de los líderes en relación a la educación, las escuelas existentes no poseían las condiciones necesarias para su funcionamiento y sufrían con la falta de recursos públicos.

Palabras clave: Administración escolar. Grupo escolar. Instrucción pública.

1 UMA ÉPOCA DE REFORMAS

Durante o período da Primeira República (1889-1930), o governo federal empreendeu várias reformas no campo da educação com o intuito de superar a precariedade da instrução pública da época – uma vez que, segundo Paiva (1973), no último ano do Império, o Brasil apresentava uma população de 14 milhões de habitantes e destes apenas 250.000 frequentavam a escola primária. Para conseguir melhorar esses dados, várias reformas educacionais foram realizadas no período republicano.

Segundo Nagle (2009), esse esforço para reformar a instrução pública

se processa juntamente com o esforço para proceder a remodelação. Propõe-se esse o quadro da nova concepção de infância, quando se ressaltar a importância das características do desenvolvimento “natural” do educando e, como consequência, todo o esforço se faz para alterar o papel do educador, a natureza do currículo, a noção de aprendizagem, os métodos e técnicas de ensinar-aprender; Enfim, procura se reconstruir todo o aspecto interno das instituições escolares. (NAGLE, 2009, p. 209).

Uma destas reformas foi a de Benjamin Constant¹ em 1890, com a

¹ Militar, político e professor de matemática, um dos fundadores da República e o primeiro ministro da Guerra do novo regime. Benjamin chefiou a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública,



particularidade de ter envolvido a montagem de uma diretriz educacional que abrangia todos os níveis de ensino, sendo organizada no que diz respeito à escola primária em dois ciclos: 1º grau, para crianças de 7 a 13 anos; e 2º grau, para crianças de 13 a 15 anos. A escola secundária passou a ter duração de 7 anos, e o ensino superior foi reestruturado em cursos politécnicos, de Direito e de Medicina.

Esta reforma era orientada pelos princípios da liberdade, laicidade do ensino e gratuidade da escola primária, sendo lembrada, também, por ter instituído o processo educativo a partir do modelo seriado e por ter expandido o currículo das escolas brasileiras, incentivando o enciclopedismo².

No entanto, segundo Silva (1969), esta proposta não despertou interesse dos alunos, assim como também contrariava a concepção preparatória do ensino secundário. Desta forma, desde sua implantação, a proposta foi alvo de protestos e sua revogação foi solicitada.

Posterior a ela, houve a Reforma de Epitácio Pessoa³, em 1901, que permitiu a concretização do “idealismo” proposto na reforma de Benjamin Constant, realizando nesta algumas correções e adaptações às realidades regionais.

Segundo Silva (1969), a reforma Epitácio Pessoa representou um avanço do ensino secundário brasileiro e, comparada com a reforma realizada por Benjamin Constant, representou uma

mudança radical do sentido da atuação federal em face do ensino secundário de todo o país. Essa mudança se retrata em dois pontos principais: a consolidação da equiparação, ao Colégio Pedro II⁴, tanto dos colégios particulares quanto dos estabelecimentos estaduais, e sua transformação em instrumento de rigorosa uniformização de todo o ensino secundário nacional. (SILVA, 1969, p. 258).

A Reforma Epitácio Pessoa perdurou de 1901 até 1911 e preocupou-se com

Correios de Telégrafos, em 19 de abril de 1890.

² “O enciclopedismo foi uma corrente filosófica liderada por Denis Diderot e Jean d’Alembert. Esta enciclopédia tinha a finalidade pedagógica de transmitir conhecimento dando valor sobre o saber como um meio necessário para alcançar a luz da razão, um canal para atingir o conhecimento certo. No qual a razão é o principal canal para acabar com as falsas formas de conhecimento, tais como a superstição”. (CONCEITOS.COM, 2018, online).

³ Era ministro da Justiça e Negócios Interiores do governo de Campos Sales.

⁴ “Fundado em 2 de dezembro de 1837, o Colégio Pedro II é uma das mais tradicionais instituições públicas de ensino básico do Brasil. Ao longo de sua história, foi responsável pela formação de alunos que se destacaram por suas carreiras profissionais e influência na sociedade. Seu quadro de egressos possui presidentes da República, músicos, compositores, poetas, médicos, juristas, professores, historiadores, jornalistas, dentre outros”. (BRASIL, 2018, online).



aspectos regulamentares, baixando normas para a equiparação das escolas particulares e para o processamento dos exames de madureza⁵. Também abordou horários, programas, exames e salários de professores, além de permitir o acesso feminino aos cursos secundários e superiores.

Após esta reforma, veio a de Rivadávia Correia⁶ em 1911, que revogou formalmente a reforma anterior, baseando essa nova nas ideias do ensino livre, por isso permitiu aos estabelecimentos de ensino secundário a realização de exames reconhecidos oficialmente. Havia uma liberdade total do ensino secundário e superior, tanto no aspecto didático quanto no administrativo. Por esta razão, a reforma ficou conhecida na historiografia da educação brasileira como aquela que resultou em desregulamentação excessiva, gerando um grande caos na educação nacional, com a omissão completa do Estado em sua condução.

Em sua substituição, surgiu em 1915 a Reforma de Carlos Maximiliano, que foi ministro da Justiça do governo Venceslau Brás e tentou organizar o ensino, fazendo se reoficializar o ensino secundário e superior. Neste momento também foram instituídos os exames vestibulares.

Para Silva (1969), essa reforma foi eficiente, pois trouxe consigo todas as propostas relevantes das reformas anteriores, ou seja, da reforma Rivadávia Correia permaneceu o exame de admissão às escolas superiores; da reforma de Epitácio Pessoa, continuou o ensino seriado e a redução do currículo; por último, da Reforma Benjamin Constant, conservou-se a restrição da equiparação aos estabelecimentos estaduais.

Por fim, a última reforma da Primeira República foi a de Rocha Vaz⁷, em 1925, que estabeleceu, entre outras medidas, a criação da disciplina de educação moral e

⁵ “O exame de madureza se constituiu como um instrumento de avaliação da aprendizagem do conteúdo escolar e das habilidades dos alunos no final do ano letivo. Este exame foi instituído para todas as escolas oficiais de instrução secundária, portanto, todas que estavam equiparadas ao Gymnasio Nacional, e versava sobre a assimilação da cultura intelectual necessária à formação do aluno secundarista. O Regulamento dos Gymnasios de 1900 apresenta de forma bastante detalhada como este exame deveria ser realizado no interior da escola, bem como especifica quais seriam as exigências em relação às matérias de ensino e às habilidades dos alunos no tocante à resolução da prova. A comissão avaliadora seria composta pelos professores da instituição de ensino e subdividir-se-ia em dois grupos: ciências e línguas”. (CABRAL, 2013, p. 8).

⁶ Foi ministro da Justiça do governo Hermes da Fonseca e baixou a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental.

⁷ Professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, deu nome a uma reforma educacional no governo de Artur Bernardes.



cívica, tornou os currículos escolares seriados, conseguindo elaborar programas oficiais, e restituiu bancas examinadoras para o ensino particular. A reforma não foi totalmente aplicada e perdurou até 1930.

Como se vê, as políticas educacionais constituídas na Primeira República representaram ações promovidas e pensadas pelo governo no sentido de organizar, direcionar, fomentar e ampliar o acesso à educação formal de qualidade. No entanto, nem todas as propostas saíram do papel e nem sempre estavam preocupadas com o atendimento às camadas populares, que necessitavam ter acesso e permanência na escola garantidos pelo Estado.

No período da Primeira República, houve também a consolidação dos grupos escolares, inicialmente no estado de São Paulo e posteriormente nos demais estados brasileiros. O surgimento destes grupos possibilitou a ampliação relativa do direito à educação e do dever do Estado na sua promoção.

Os grupos escolares marcaram a educação da época por apresentarem escolas com estruturas monumentais, com boa infraestrutura e mantidas como centros de ensino de referências. Entretanto, essa não era a realidade de todas as escolas, principalmente das localizadas nas periferias, com prédios abandonados, sem estrutura e com baixa frequência dos alunos. Esse quadro educacional não foi diferente no estado do Pará, no qual os grupos escolares também ganharam destaque, conforme veremos a seguir.

2 O SURGIMENTO DOS GRUPOS ESCOLARES E A CRISE ECONÔMICA NO PARÁ

Em 1897, não se percebe ainda na mensagem do governador Lauro Sodré ao congresso estadual⁸ nenhuma menção a escolas graduadas ou aos grupos escolares. Na sua mensagem daquele ano, referindo-se à instrução pública, defendia que aquela era “o melhor dos [...] attestados de bôa conducta como governo” (PARÁ, 1897, p. 30), justificando essa afirmação a partir do grande impulso dado pela reforma do ensino de 1890, feita sob a direção de José Veríssimo que, segundo ele, foi apenas o “marco inicial da grande jornada que vamos fazendo sem parar” (PARÁ, 1897, p. 31).

⁸ Colegiado equivalente ao que hoje conhecemos como Assembleia Legislativa.

O governador também destaca que sua preocupação foi, sobretudo, o ensino secundário e o profissional, em relação aos quais cuidou de ampliar os estudos do Liceu Paraense ao nível do Ginásio Nacional, instituir o exame de madureza, criar o curso de Agrimensura e melhorar o curso de Comércio. Além de elogiar a Escola Normal, criada “nos primeiros dias da republica, e de anno para anno vae ella tomando incremento, tornando-se cada vez melhor o seu ensino” (PARÁ, 1897, p. 31- 32).

Entretanto, logo no ano seguinte, a mensagem do governador Paes de Carvalho não partilha do mesmo otimismo, salientando que “se é verdade que muito temos trabalhado a este respeito, que para propagar a instrucção muito temos despendido, não ha desdoiro em confessar que muito nos resta por fazer.” (PARÁ, 1898, p. 16). Para reforçar seu ponto de vista, cita o relatório do diretor geral da instrução pública quanto às principais causas que têm contribuído para a morosidade do desenvolvimento do ensino primário que são: a carência de professores titulados; e a falta de inspeção escolar e de prédios próprios ao funcionamento das escolas.

No que se refere à primeira causa, tendo em vista “chamar a concorrência profissional para o sacerdocio do mestre escola” Carvalho acha justa a oferta de maiores vantagens aos professores, por meio de um “augmento razoavel para a classe dos normalistas” (PARÁ, 1898, p. 16). Quanto ao problema da inspeção, alegando que o inspetor escolar seria naqueles dias “o agente mais importante da instrucção publica”, defende verbas para o “pagamento de 12 inspectores de districto, que devem residir em 12 circunscripções, em que o estado precisa ser dividido para tal fim.” (PARÁ, 1898, p. 16). No que tange à ausência de prédios próprios, Carvalho ressalta que “a nossa escola primaria vem de ha muito a reclamar edificios proprios para seu funcionamento” (PARÁ, 1898, p. 16), e resolve propor no orçamento verbas para o início das referidas edificações.

Como é possível perceber, por prognóstico ou vaticínio, esses três desafios colocados pelo governador iriam se consubstanciar em motivos determinantes para a criação dos grupos escolares, pois, como mencionado anteriormente, transformaram-se em algumas das características mais determinantes na estruturação dos grupos escolares.

Na mensagem de 1899, logo no começo da abordagem do tema do ensino em sua administração, Carvalho reforça sua importância, dizendo que o mesmo merece



“a mesma especial preferencia que sempre lhe é reservada em toda a concepção administrativa correcta e pratica” (PARÁ, 1899, p. 47). Todavia, neste mesmo capítulo, acaba por defender maior intervenção da iniciativa privada neste ramo da gestão pública, afirmando que

o ensino deveria emancipar-se da jurisdição do Governo e ficar exclusivamente a cargo das doutrinas e dos methods que possam oriental-o.” [...]. o Governo ainda é obrigado, e sel-o-á por muito tempo ainda, a intervir nesta materia, porque infelizmente ainda bem pouco se póde esperar da iniciativa individual ou collectiva. (PARÁ, 1899, p. 48).

Não era de todo nova a tese do governador de que cabe à iniciativa a principal responsabilidade em relação à instrução do povo. Em 1875, Aarão Reis, em Belo Horizonte, defendia que

o governo, quanto à instrução pública exerce um monopólio natural, filho tão somente da falta de iniciativa particular nesta matéria, monopólio que irá desaparecendo à medida que a iniciativa particular se for desenvolvendo e a caridade e a beneficência privadas forem substituindo a caridade e beneficência públicas (REIS, 1875 apud GOUVÊA et al., 2016, p. 320).

Concluindo seu pensamento a respeito do tema, Carvalho afirma que a autoridade governamental deve se submeter a essa intervenção em razão de proporcionar ensino moderno aos educandos e “pela efficacia da acção combinada do Poder Publico com a iniciativa privada” (PARÁ, 1899, p. 48).

Na mensagem de 1º de fevereiro de 1900, Paes de Carvalho anuncia novidades importantes. Após relatar aspectos da reforma do Instituto Lauro Sodré, ele trata: da reforma do ensino primário e das escolas isoladas, que passam a ser divididas em elementares e complementares; do problema da carência de professores titulados, que continuava, e cuja saída — encontrada e elogiada — foi a designação de mulheres para ministrarem aulas para meninos.

Rompendo com preconceitos já de ha muito banidos pela sciencia pedagogica, a reforma de 2 de janeiro encontrou o remedio para o inconveniente apontado, abrindo para as mulheres que são hoje quasi os unicos alumnos da nossa Escola Normal, as portas do ensino do sexo masculino, onde até então não podiam ter ingresso. Os bons e proficuos resultados, que uma tal idea tem já produzido, hão gerado a convicção geral do acerto da medida, que pode ser reputada salvadôra do futuro do nosso ensino primário (PARÁ, 1900, p. 60).

Mais adiante, Paes de Carvalho anunciou que tinham sido lançadas as “bases creadôras dos grupos escolares, institutos de ensino de vantagens universalmente



conhecidas” (PARÁ, 1900, p. 61). Assevera que alguns já funcionavam no interior e que, em breve, seria levantado na capital um edifício com este fim, cujo nome seria José Veríssimo.

Foi reforçada a atenção ao problema da inspeção escolar, relatando que aumentaram para dezesseis as circunscrições destinadas a este fim, de modo que o governador decretou a reorganização do ensino por municípios, extinguindo escolas por falta de alunos e criando outras para as quais houvesse demanda que as justificasse.

O governador também informou em sua mensagem que havia 580 escolas isoladas, sendo 538 elementares e 42 complementares; quanto aos sexos, eram 290 masculinas, 159 femininas e 131 mistas.

Vale ressaltar que o governador cumpria seu mandato em condições econômicas bastante satisfatórias, proporcionadas pelos lucros auferidos pela exportação da borracha. Em outro capítulo da mesma mensagem, ele admite que “continua em movimento ascendente a renda do Estado, e no exercício passado excedeu ella a do anterior em mais de 30%, sendo o excesso sobre a orçada superior a mil e setecentos contos de réis, ouro.” (PARÁ, 1900, p. 75-76).

Um ano depois, na mensagem de 1º de fevereiro de 1901, dirigida ao Congresso do Estado, Carvalho começa a abordar o tema da instrução pública com palavras de entusiasmo devido — segundo seu julgamento — aos bons resultados do recém-implantado regulamento. Argumenta que “o nosso ensino primario que vinha de ha muito apresentando evidentes symptomas de decadencia e abatimento recebeu, no regulamento de 2 de janeiro de 1899, impulso que felizmente o vae por toda parte animando e reerguendo.” (PARÁ, 1901, p. 51). Destaca, em especial, duas ideias que, a seu ver, predominaram na sua elaboração: a que permitiu às mulheres o ensino para alunos do sexo masculino; e a criação dos grupos escolares. Ao mesmo tempo, afirma que era

lastimável a condição da vida material de nossas escolas, na quasi totalidade alojadas em casas sem hygiene, sem luz e sem espaço, despidas quasi completamente de moveis escolares e sem os elementos indispensaveis a uma casa de ensino. (PARÁ, 1901, p. 52).

Nesse ano, surge na capital paraense, o primeiro grupo escolar, criado em 7 de janeiro de 1901, denominado de Grupo Escolar José Veríssimo. No mesmo ano,

segundo França (2013), foram criados mais dois grupos na capital paraense: o 6º Grupo da capital, fundado em 8 de junho; e, na sequência, o 2º Grupo da capital (Benjamin Constant), criado em 12 de agosto.

Esse panorama da instrução pública paraense registrado nas mensagens dos governadores apresenta, de certa forma, um diagnóstico taciturno a respeito das antigas escolas, o que irá se repetir no que tange aos grupos escolares – em especial, ao Benjamin Constant, no último decênio da Primeira República, como demonstraram os relatórios da diretora Aurélia e as próprias mensagens dos governadores do mesmo período.

3 A INSTRUÇÃO E A ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR REVELADAS NAS MENSAGENS DOS GOVERNADORES

Ao analisarmos a mensagem apresentada ao Congresso Legislativo em 1920 pelo então governador do Estado do Pará, Dr. Lauro Sodré, no que tange ao item “Educação e instrução”, verificamos que o governador ressaltou a importância do Regulamento⁹ de 1890 como um instrumento de suma importância para a implementação de uma instrução pública nos moldes do ideal republicano.

seguinte a norma, que nos fôra traçada, em 1890, quando a direção superior da instrução pública fôra tão acertadamente parar ás mãos do nosso saudoso e inesquecível conterraneo José Verrissimo, nunca mais desandamos nem nos desviamos desse caminho seguro. (PARÁ, 1920, p. 58).

É interessante destacar que nesse Regulamento, de 1890, no item denominado “Do Espirito do ensino primario”, José Veríssimo apontava para as mudanças sobre as habilidades que os alunos precisavam compreender naquele momento e o que vinha sendo discutido pedagogicamente, destacavam-se as ideias que vinham sendo discutidas pela pedagogia moderna na qual “lêr por si só é acaso antes um mal que um bem, e que a uma instrução incompleta melhor valera não possuir nenhuma” (PARÁ, 1890, p. 43). Veríssimo complementa apresentando uma proposição do que

⁹ O Regulamento mencionado por Sodré diz respeito ao *Regulamento Escolar Programmas, Horario e instruções Pedagógicas para as Escolas Publicas do Estado do Pará*, publicado em 1890 pela Direção Geral da Instrução Pública do Estado do Pará, que neste momento era exercida por José Veríssimo, no governo de Justo Leite Chermont.



se almejava com a escola primária no período do recém-instaurado regime republicano, a qual deveria

dar uma instrução integral ou completa n'esse ramo do ensino, como o seu fim social é principalmente educativo. Conforme já n'estas direcções dissemos, traduzindo o ilustre pedagogista¹⁰ mencionado, a instrução primaria não tem por fim ensinar tudo quanto se deve saber, si não tudo o que não é licito ignorar. (PARÁ, 1890, p. 43-44).

Sendo assim, era lícito para Veríssimo afirmar, sem exagero, que “a civilização de um povo depende das suas escolas. Que d'esta verdade se compenetrem os mestre-escolas paraenses” (PARÁ, 1890, p. 45).

Nesse mesmo sentido, o governador Lauro Sodré expõe em sua mensagem que

como o primeiro dos deveres, entre os que pertencem ao Estado, esse de semear em profusão por toda parte as luzes da sciencia, dando a todos os homens essas clartés de tout. Que façam deles os instrumentos inteligentes do progresso de um paiz livre, em lugar de deixal-os, vegetando na ignorância, ser os doces e cegos aparelhos manejados por vontades oppressoras e prepotentes. (PARÁ, 1920, p. 59).

Entretanto, mesmo tendo essas preocupações com a instrução, não eram poucas as justificativas para o baixo investimento na educação, como aponta outra passagem do discurso do governador Lauro Sodré em 1920.

Sem dispor de verbas suficientes para fazer, como devem ser feitos, tão necessarios melhoramentos, fizemol-o ainda assim obedientes ao nosso pensamento de sempre e aos sentimentos que nos enchiam a alma, quando em 1893 repetiamos a palavra de eminente auctoridade americana, a ensinar que um povo instruído procura liberdade e um povo ignorante o despotismo, tão natural e fatalmente como a agulha do mareante busca o polo magnetico. (PARÁ, 1920, p. 60).

Em 1922, a instrução primária passou a ser administrada pela Secretaria Geral do Estado devido à situação da economia que afetava a todos os segmentos da sociedade, inclusive o ensino público que, como já mencionado, ficou prejudicado pelo pouco ou inexistente investimento. Sousa Castro, em passagem de seu discurso em 1922, asseverava que em consequência das dificuldades financeiras, só seria possível “atender em melhor escala ás exigências do ensino publico do primeiro gráo.” (PARÁ, 1922, p. 66).

Neste ano, a instrução pública primária de todo o estado do Pará contava com

¹⁰ O pedagogista mencionado por Veríssimo é o Gréard; sobre o assunto conferir Saviani *et al.* (2014).

334 escolas, abrangendo 14.770 alunos com frequência de 10.033, de acordo com a mensagem do governador apresentada ao Congresso Legislativo.

Dentre essas escolas, 46 estavam fora da capital, além de 217 núcleos de instrução primária em outros municípios do Estado. Só na capital do estado, foco de nossa investigação, eram ao todo “71 escolas, com 4.660 meninos matriculados, que as frequentavam na razão média de 3.053, diariamente” (PARÁ, 1922, p. 66), ao que se somavam as 334 escolas primárias, quantitativo composto tanto por grupos escolares quanto por escolas isoladas.

Um desses estabelecimentos era o Grupo Escolar Benjamim Constant que, ainda sem essa denominação, foi estabelecido pelo governador Augusto Montenegro por meio do Decreto 1067 de 12 de agosto de 1901, que criou em Belém um grupo escolar para funcionar em um prédio arrendado pelo governo para este fim, situado na travessa Benjamim Constant, de canto com a rua Paes de Carvalho (atualmente Tv. Manoel Barata).

O referido grupo — como era de praxe — seria constituído pelas escolas isoladas que foram consideradas extintas desde a data de instalação do novo estabelecimento. Eram elas: a 1ª escola complementar mista, no 4º Distrito; a 2ª escola elementar do sexo feminino e 3ª elementar do sexo masculino, no 2º Distrito; a 1ª elementar do sexo masculino, 6ª e 7ª elementares do feminino, no 3º Distrito; e a 10ª elementar do sexo feminino, no 4º Distrito.

Os alunos do grupo deveriam ser encaminhados à matrícula pelos respectivos professores das mencionadas escolas e, ainda segundo a lei, seria do diretor nomeado a atribuição de organizar a matrícula e mantê-la aberta durante 30 dias a contar da sua instalação. O grupo escolar começaria a funcionar dentro de quatro dias a contar da publicação do decreto no Diário Oficial. Como o Decreto foi publicado no Diário de 15 de agosto do mesmo ano, supomos que seu funcionamento começa no dia 19 de agosto de 1901.

4 OS RELATÓRIOS DE AURELIA FRANCO E AS MENSAGENS DOS GOVERNADORES

A diretora do Grupo Escolar Benjamin Constant no período desse estudo foi

Aurelia Seixas Franco, que, antes de sê-lo, pertenceu ao corpo docente do Instituto Gentil Bittencourt¹¹ de 1909 a 1911, ano em que passa a ser, por Decreto do governador João Antônio Luís Coelho, professora vitalícia do Estado. Em 1911, também foi transferida da segunda escola elementar do Gentil Bittencourt para a terceira escola elementar do Primeiro Grupo. Em 1916, era membro da Comissão do Congresso Paraense de Instrução do Tricentenário de Belém. Aurelia foi nomeada diretora do Grupo Escolar Benjamin Constant em 1922, com base em seus relatórios, que cobrem o período de 1922 a 1927.

Os referidos relatórios são mais do que a transcrição pura e simples da situação conjuntural da escola, já que retratam um modelo de instituição com premissas e expectativas próprias do regime republicano, embora eivada de problemas antigos e com um perfil desenhado por novas regras e normas político-administrativas, assim como também pelo modelo concebido pela própria diretora da escola.

Para Damazio,

o diálogo entre a norma e a realidade escolar a partir dos relatórios de diretores, oferece indícios de posições diferenciadas dos vários atores e produtores da escola. Mostra leituras diferenciadas dos ordenamentos normativos por parte dos sujeitos que fizeram o cotidiano escolar, ora com posturas avançadas ora com posturas impositivas, em relação à tradição legalista. (DAMAZIO, 2007, p. 390).

Os relatórios de Aurelia, ainda que bastante sucintos, revelam nas entrelinhas as consequências da crise econômica pela qual passava o Estado do Pará, materializada nas mazelas constatadas no Grupo Escolar que dirigia. Os mesmos são datados de 1922 a 1927 e, em sua maioria, contemplam aspectos bastante específicos da escola, como a suspensão dos trabalhos e os exames escolares, a reabertura das aulas, dados de matrícula e frequência, além de um detalhado inventário dos equipamentos e materiais existentes na escola. Em relação ao corpo docente, os relatórios tratam de nomeações, permutas, exonerações, falecimentos, licenças, substituições e situação de professores avulsos.

Além destes, também é possível destacar como aspectos mais importantes, ou seja, aqueles que, a nosso ver, dialogam mais claramente com as características do

¹¹ Estabelecimento criado no auge da borracha na Amazônia pelo bispo Dom Manuel de Almeida de Carvalho, em 1804, como educandário Nossa Senhora do Amparo, para atender meninas pobres órfãs. Reformado pelo governador Augusto Montenegro, em 1904, foi transferido à administração das irmãs Filhas de Sant'Ana, como internato para mulheres.



contexto político e econômico que se instaurara, o seguinte: informações sobre a caixa escolar, que se constitui em uma fonte de arrecadação de recursos complementares ao funcionamento da escola; e sobre a situação física do prédio e do mobiliário existente e sobre os seus professores. Entretanto, antes de adentrar nos relatórios propriamente ditos, é importante esclarecer a já mencionada crise econômica pela qual passava o Pará.

Com o florescimento dos seringais plantados pelos ingleses na Malásia, a região amazônica começava a perder o monopólio de produção da borracha e, na medida em que a Ásia ia ofertando preços menores para a borracha, conseqüentemente assumindo o controle do comércio mundial do produto, deu-se de forma irremediável a gradativa estagnação das economias amazonense e paraense. Viviam-se tempos de agudas dificuldades a ponto de o período que antecede os relatórios de Aurelia Franco ser descrito pelos governadores de uma forma sombria, tamanha sua gravidade. Em relação à instrução pública, o governador Lauro Sodré revela não “dispor de verbas suficientes para fazer, como devem ser feitos, tão necessarios melhoramentos” (PARÁ, 1920, p. 60). Além disso, ele admitia a grande valia e dedicação dos professores que, abnegados, exerciam o magistério e que viram “sem protesto os seus parcos vencimentos reduzidos quando começamos a descer as receitas publicas e não dão mostras do descontentamento que lhes ha de ter causado a irregularidade da paga dos honorarios a que têm direito”. (PARÁ, 1920, p. 69).

Mais à frente, abordando a vida econômica do Estado, ele não poupou adjetivos para caracterizar a situação crítica pela qual passava o Estado. Dizia ele: “Nesse tempo vivia-se aqui dentro de uma atmospherá asphixiante, estendida, em derredor de nós nuvem negra, raro riscada por um suco fulgaz de tenue luz a dar esperanças de que ainda para nós raiaria alguma clara madrugada. (PARÁ, 1920, p. 76).

Assumindo o governo do Estado, em sua Mensagem ao Congresso do Estado de 1921, Antonino Castro repete os lamentos de Lauro Sodré, assim dizendo:

Não podia este ramo, aliás importantissimo, do serviço publico, deixar de sentir a influencia directa do máo estado das finanças do Estado. Foi necessario, muito a meu pezar, attingil-o com as restricções de despesas constantes do Decreto n. 3806, de 5 de março ultimo. (PARÁ, 1921, p. 74).



Na mesma mensagem, Antonino informa que, dos 25 grupos escolares do Estado, sete foram extintos; todo material escolar, os edifícios e o mobiliário, os livros de ensino e até o material de expediente “reflectem, sem duvida, a escassez de nossos recursos financeiros.” (PARÁ, 1921, p. 74). De modo que conclui asseverando que “em uma fase agudíssima diz ele de uma prolongada crise se esses aspectos do ensino não são certamente lisonjeiros.” (PARÁ, 1921, p. 74).

Aparentemente, essa realidade não era circunscrita somente ao Pará. Em relação às dificuldades sofridas por diretores de grupos escolares em São Paulo, Teles informa que

mediante a análise de ofícios e relatórios de diretores e inspetores dos Grupos Escolares no começo do século XX, verificamos que talvez a válvula de condicionamento dessas barreiras não esteja apenas no crescimento demográfico, mas também na falta de investimento do Governo na Instrução Pública. É certo que o crescimento populacional criou o problema da infraestrutura, entretanto, como se verá mais adiante, algumas dificuldades desta natureza não tinham relação de causa e efeito com o aumento populacional. (TELES, 2014, p. 13).

Em 1922, ano que inaugura o biênio do primeiro relatório de Aurelia, Antonino Castro volta a manifestar-se a respeito da crise que assola o estado do Pará, justificando que

a instrução primária continúa superentendida pela Secretaria Geral do Estado por motivo de economia, e não póde apresentar-se diferente da que vos expuz na minha mensagem anterior, em consequencia das difficuldades financeiras, cuja modificação, unicamente, permittirá attender em melhor escala ás exigencias do ensino publico do primeiro gráo. (PARÁ, 1922, p. 66).

O Gymnasio Paes de Carvalho é usado como exemplo de solução encontrada para sanar as limitações orçamentárias. Diante da impossibilidade de reparar os edifícios públicos, o governador autorizou o diretor “a effectuar parcialmente os concertos mais urgentes, empregando para isso o producto das taxas de matricula, unica a que estão sujeitos os alumnos desse estabelecimento.” (PARÁ, 1922, p. 68).

Na Mensagem de 1923, ele deixa claro o quadro geral de inadimplência no estado, admitindo a “impossibilidade dos pagamentos a tempo do professorado primario, principalmente nas escolas isoladas do interior do Estado” (PARÁ, 1923, p. 53) e apresentando uma situação bastante crítica dos Grupos Escolares, sobre a qual alega que outras obrigações mais urgentes não permitiram o repasse de recursos à manutenção do ensino.

Os prédios dos 18 grupos escolares do Estado, compreendidos os 7 da capital, tanto os que pertencem ao governo como os que são alugados, precisam de concertos e não tem sido possível realizá-los, prejudicando isto mesmo o funcionamento das aulas, como acontecem Curuçá. O mobiliário escolar, começando pelos grupos da capital, todo elle carece de reforma, principalmente quando os progressos da hygiene escolar nos últimos dez annos, têm variado e aperfeiçoado esses utensilios do trabalho na escola. Nada, entretanto, se tem podido fazer nesse sentido, porque obrigações muito urgentes absorvem os elementos que, em condições normaes, teriam sido destinados áquelle fim. (PARÁ, 1923, p. 53).

O relatório de Aurelia, referente ao biênio 1922 a 1923, corrobora as mensagens dos governadores e reflete a profunda crise pela qual passava o Estado. A diretora menciona a lastimosa situação financeira como a “única causa” que dificulta a assiduidade dos professores, em que pese destacar sua “boa vontade”.

Muito se há trabalhado nesta casa de ensino em beneficio da instrução do nosso estado, e, lastimando profundamente a situação financeira que atravessamos, causa única que concorre para o professorado experimentar difficuldades no assíduo comparecimento, vejo contudo a melhor boa vontade do corpo docente, boa vontade esta, alliada a intenção de todos os que aqui trabalham pelo desenvolvimento intellectual dos alunos matriculados neste grupo. (FRANCO, 1923, n.p).

Quando se refere à abertura das aulas em fevereiro de 1923, Aurelia manifesta seu embaraço para

fazer funcionar com regularidade as aulas deste grupo devido a falta de elementos indispensaveis a esse fim e, não querendo paralyzar os trabalhos escriptos, ..., foi-me necessario prover a muita custa este estabelecimento de papel, giz, tinta, lapis, et. Para atender os interesses do ensino.” (FRANCO, 1923, n.p).

Com relação ao prédio e o mobiliário do grupo, segundo a diretora, também estes sofriam com a falta de cuidados, apresentado o prédio um precário estado de conservação, “tornando-se necessarios serios concertos para que elle venha a servir ao fim a que esta destinado. O material escolar em uso acha-se em pessimas condições, precisando urgente substituição.” (FRANCO, 1923, n.p).

Mesmo considerando que o texto de Aurelia tenta aparentar uma posição equilibrada em relação aos problemas, as expressões utilizadas pela diretora demonstram a gravidade da situação. Ela atesta o funcionamento irregular da escola e que a paralisação de suas atividades só não ocorreu por causa da intervenção pessoal da diretora, no sentido de prover “a muita custa” o material necessário.

O segundo relatório de Aurelia Franco refere-se ao período de 1923 a 1924,



consentâneo ao de Antonino Castro, que segue elogiando os professores por causa de sua resignação diante da precariedade de seu trabalho e remuneração. De acordo com a Mensagem do Governador, não fosse a compreensão e a atitude elevada e nobre desses profissionais, não seria possível evitar um colapso no sistema de ensino. Entretanto, o que ele chama de “ressurgimento financeiro” não seria capaz de restituir o que é devido aos mestres.

O Pará teria, na sua crise econômica e financeira, por que se resenir, no ensino público, se a compreensão elevada e nobre dos que educam, e servem tão elevada missão não reagisse, evitando uma solução de continuidade lamentável e desastrosa ao futuro das gerações paraenses. (...) Mas, a verdade é que o problema, por enorme complexo, requer, a par de trabalho lucido e incessante, dispêndios elevados que o nosso ressurgimento financeiro não comporta ainda. (PARÁ, 1924, p. 77).

Aurelia relata que a abertura das aulas de 1924, no Grupo Escolar Benjamin Constant, foi adiada em razão dos consertos que ainda estavam sendo realizados. É interessante ressaltar que a diretora se refere elogiosamente aos esforços do ex Secretário Geral do Estado Arthur Porto, como responsável pelos “reparos necessários no prédio onde funciona este grupo, e bem assim, no mobiliário, ligeira limpeza” (FRANCO, 1924, n.p). Todavia, isso estava longe de significar o saneamento dos problemas, pois ainda se faziam necessárias medidas alternativas para suprir as necessidades do alunado. No item sobre Caixa Escolar, a diretora informa que

pelo aniversário do grupo anno passado e de ordem do Exmo. Snr. Dr. Barroso Rebello, então secretario geral do Estado, foi retirada do banco a quantia de 500\$ que foi empregada em sapatos, uniformes e merenda a diversos alunos pobres.” (FRANCO, 1924, n.p).

Em 1925, assume o governo Dionysio Bentes, que em sua Mensagem sugere o início de uma reação econômica, pois este já menciona em sua Mensagem, reformas e reparos em escolas públicas, além de externar preocupação em aumentar o número de escolas, particularmente por meio da criação de escolas noturnas para “moças e moços operarios, que, entregues aos seus labores diarios, não poderiam frequental-as, ficando dest’arte, privados de tão grande beneficio” (PARÁ, 1925, p. 56). Entretanto, a situação parecia não mudar para os professores, que continuavam a ser elogiados, mas sem fazer jus a contrapartidas satisfatórias. Disse o governador que

apesar das vicissitudes, por que teve de passar o ensino publico, no estado,



devido às aperturas financeiras, que atingiram, por muitos anos, o Tesouro do Estado, manteve-se sempre, pela dedicação incomparável de mestres abnegados, senão no seu antigo fastígio, ao menos organizado. (PARÁ, 1926, p. 55).

Também nas palavras do Secretário Geral do Estado e Diretor Geral do Ensino Deodoro de Mendonça se encontra o misto de “justificativa elogiosa”.

A longa syncope economico-financeira do Pará, repercutindo sobre a instrução pública, maltratando o seu funcionalismo, que não pode receber com a necessária pontualidade sequer os parcos vencimentos atribuídos como remuneração de seu trabalho, produziu um sensível abalo na organização existente, alastrando a irregularidade que se inicia com a falta de assiduidade do professor e toma maior vulto com a ausência consequente do aluno às aulas. [...] Apesar dessa crise, que não ha exaggero em consideral-a violenta, a desorganização não attingiu a extremos e o ensino, sofrendo embora duras vicissitudes, não se dissolveu e continuou sob o abnegado trabalho dos dignos membros do magisterio a impedir que no exame de futuras gerações a lembrança da defecção economica do Pará assignalasse também essa mais grave e duradoura do analfabetismo, da ignorância. (PARÁ, 1925, p. 57).

Se a Mensagem de 1925 já apontava alguns tímidos avanços na recuperação econômica do Estado e, por conseguinte, algumas iniciativas de investimento na instrução pública, já não se percebem mais, em 1926, os reclamos do governador em relação à situação financeira negativa. Nesse período, inclusive, dá-se a criação de prêmios escolares de natureza pecuniária e já se percebem medidas relacionadas a reformas físicas nas escolas.

No relatório referente a esse período, Aurelia Franco, claramente leva em conta o primeiro mandato de Dionysio Bentes e não poupa elogios ao governador, asseverando os resultados positivos alcançados como resultado de suas realizações, “visto que a frente do destino do nosso glorioso Estado está um homem sinceramente intencionado [...] do credito moral e intelectual da nossa terra e da futura mocidade que mais tarde será o forte baluarte”. (FRANCO, 1926, n.p).

A diretora também repete os elogios ao corpo docente, especialmente de seu Grupo Escolar, julgando que “se há feito alguma coisa aproveitável com referência ao ensino, o que francamente observo na assiduidade, esforço e boa vontade do corpo docente e adiantamento dos respectivos esforços.” (FRANCO, 1926, n.p).

Por outro lado, sem poder escamotear a situação crítica em que se encontra a escola que dirige, Aurelia passa a relacionar os problemas que precisa resolver:

De acordo com o officio dirigido a V. Ex^a. por essa directoria, a repartição das



obras publica mandou retirar algumas goteiras do telhado deste grupo, necessitando de mudanças de algumas taboas do assoalho, bem assim o conserto da descarga que continua no mesmo estado, apesar das limpezas que foram feitas. [...] Outro melhoramento que vem uma grande lacuna é a cobertura do [telhado] que há ao lado e que bem assim poderia servir para os exercícios militares e gymnasticas [...] o quintal dos fundos vive no mais lastimável estado de humanidade [sic] por causa do declive ... e também pela enorme quantidade de agua. Lembrar a V. Ex^a. a conveniência de se mandar aterra-lo, evitando desse modo, foco de insectos que são prejudiciais à saúde. O mobiliário sofreu ligeira limpeza feita pelos alunos do instituto Lauro Sodré, havendo ainda alguns serviços a fazer. (FRANCO, 1926, n.p).

Em sua comunicação de 1927, Dionysio Bentes admite a necessidade de maiores espaços e maior quantidade de professores para atender ao aumento de candidatos à matrícula na instrução pública dos grupos escolares, que estariam recebendo um contingente três vezes maior do que o pedagogicamente adequado. Segundo ele, comumente

aulas, com uma professora e uma adjuncta, por exemplo, teem frequencia de 100 e mais alumnos, abarrotando as salas e ultrapassando a medida de esforço dos professores. Escolas isoladas ha, onde uma educadora dirige 60 e 80 creanças. (PARÁ, 1927, p. 8).

Ainda de acordo com o Governador, os quadros estatísticos demonstravam que “a aversão ao estudo, a indiferença criminosa á escola, dos paes e responsaveis pelos meninos, vai desapparecendo, felizmente” (PARÁ, 1927, p. 8).

Tal informação reflete a preocupação com o aumento da quantidade de alunos por parte de Aurelia Franco expressa no relatório do ano anterior quando afirmava a necessidade de

a bem da higiene, que as sentinas fossem colocadas no fundo separadas do corpo principal do edificio por dois corredores, um para o serviço da secção feminina e outra para a masculina, utilizando-se o espaço então desocupado para uma sala de aula que se torna necessária, devido o numero de matricula já um tanto elevado. (FRANCO, 1926, n.p).

Na Mensagem de 1927, referindo-se aos grupos escolares existentes na capital, Dionísio Bentes atesta que seus prédios foram devidamente consertados e seu mobiliário recebeu reparos gerais. Todavia, contrastando com a informação do governador, a diretora do grupo Escolar Benjamin Constant, “certa de que serão tomadas as providencias necessárias”, faz chegar ao conhecimento do Secretário Geral do Estado “a deficiência que existe no mobiliário escolar desta casa de ensino” (FRANCO, 1927, n.p). Mais uma vez, Aurelia menciona o aumento do número alunos

matriculados em 1927 e faz a seguinte solicitação: “esta Directoria espera de V.Ex^a. providencias para lhe ser fornecido um certo numero de carteiras, afim de poder colocar as crianças.” (FRANCO, 1927, n.p). Dessa forma, continua:

Outros materiais que muito necessitamos vão aqui denominados: globos esfericos, mapas geográficos, anatômicos, mineralógicos, botânicos e de pesos e medidas.

Graças a providencias tomadas por V.Ex^a. para atender meu pedido, a directoria das obras publicas procedem este anno os concertos mais necessários para sustentar os alicerces, deste grupo, além de outros feitos no pateo.

Infelizmente ainda que não foi possível conseguir a cobertura do mesmo, conforme tenho solicitado. Contudo os serviços realizados, já vieram satisfazer, em parte, esta directoria. (FRANCO, 1927, n.p).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os momentos distintos da História da Educação no Brasil, em especial na Primeira República, evidenciam o fato de que as bases do sistema educacional brasileiro estão permeadas de interesses da elite dominante daquela época, que se apropriava da cultura escolar, estabelecendo para o restante da nação uma concepção de sociedade almejada por ela. Por outro lado, para a classe trabalhadora era ofertada uma instrução mínima e necessária para a formação mesma de uma massa de trabalhadores.

Esse projeto — de dominação — viria a se aperfeiçoar por meio dos grupos escolares, que surgiram como uma inovação do ideário republicano, sendo marcados por organização administrativa, por estrutura predial e proposta pedagógica diferenciada. As ideias pedagógicas e suas aplicabilidades no contexto escolar apresentavam um dinamismo próprio, que estava ligado diretamente à administração escolar e aos ideais republicanos da Ordem e do Progresso.

Como já detalhamos anteriormente, observamos nos relatórios de Aurelia aspectos específicos da escola que detalhavam a atividade administrativa da diretora e se relacionavam com o trabalho pedagógico, como nas passagens em que Aurelia tratava a respeito da suspensão dos trabalhos, dos exames escolares, da reabertura das aulas, dos dados de matrícula e da frequência, além de um detalhado inventário dos equipamentos e materiais existentes na escola – além de apresentar dados referentes ao corpo docente, como nomeações, permutas, exonerações,



falecimentos, licenças, substituições e nomeação e situação de professores avulsos, o que nos revelou algumas das funções inerentes à direção escolar da época.

No entanto, das informações acessadas, as que consideramos mais importantes foram, ao nosso ver, as que continham elementos que fazem emergir mais claramente a conjuntura política e econômica daquele período. Faziam referências, algumas vezes explícitas e outras implícitas, à situação de crise financeira do estado, que afetava a administração escolar como um todo e a questão orçamentária da escola, além de afetar a situação da estrutura disponível nos prédios escolares e a condição de ser professor na Primeira República.

Nesse percurso, foi-nos possível estabelecer as relações existentes entre o governo e a direção escolar do último decênio da Primeira República, tendo por base os relatórios de Aurelia, pois, mesmo sucintos, revelaram-nos, nas entrelinhas, as consequências da crise política, econômica e social do período, fato materializado nas passagens dos relatórios em que eram apresentadas as mazelas pelas quais passava o Grupo Escolar Benjamin Constant.

De fato, muitas transformações substanciais ocorreram ao longo do período, principalmente, em seus anos finais, como o grande aumento da população, as mudanças nas estruturas econômicas, políticas e sociais, com o aumento do processo de industrialização e urbanização.

Vimos também, ao final da Primeira República, o crescimento das camadas médias e populares, que passaram a pressionar o Poder Público para que fossem criadas mais instituições escolares com o intuito de garantir aos seus filhos uma ascensão social por meio dos estudos.

Dessa forma, foi possível compreendermos, que tanto, no Brasil quanto no Pará, o processo de industrialização e urbanização contribuíram para a expansão do ensino primário. No entanto, a construção de instituições escolares não acompanhava o crescimento da população escolar. Observamos também que mesmo as escolas existentes não apresentavam as condições necessárias para o seu funcionamento e sofriam com a falta de recursos públicos, como percebemos em várias passagens dos relatórios de Aurelia, em especial no de 1922, em que a diretora expunha o mau estado de conservação em que se encontrava o prédio e a necessidade de sérios consertos, para que viesse então servir ao fim a que estava destinado.

MONIKA RESCHKE

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia da Universidade Federal do Pará. Mestre em Educação. Especialista em Gestão Escolar. Graduada em Pedagogia e em Direito.

ALBERTO DAMASCENO

Doutor em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor Titular da Universidade Federal do Pará. Docente do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica e do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia da Universidade Federal do Pará.

SUELLEM PANTOJA

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica da Universidade Federal do Pará.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Colégio Pedro II. História do CPEI. *Colégio Pedro II*, [on-line], [2018]. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/historia_cp2.html>. Acesso em: 22 mai. 2018.

CABRAL, M. A. S. O papel dos exames finais na configuração do currículo escolar do ensino secundário paulista: um estudo do Primeiro Gymnasio da Capital na Primeira República. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - CIRCUITOS E FRONTEIRAS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, 7., 2013, Cuiabá. *Anais...* Cuiabá, Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), 2013. p. 01-12.

CONCEITOS.COM. Enciclopedismo - Conceito, o que é, Significado. *Conceitos.com*, [on-line], [2018]. Disponível em: <<https://conceitos.com/enciclopedismo/>>. Acesso em: 22 mai. 2018.

DAMAZIO, M. S. A produção dos grupos escolares e as práticas culturais no processo de escolarização em Minas Gerais. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 46, p. 387-392, dez. 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/rYMzGn>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

FRANÇA, M. P. S. G. S. A. A implantação dos grupos escolares no estado do Pará. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES E PRÁTICAS EDUCATIVAS, 7., 2013, Cuiabá. *Anais...* Cuiabá, Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), 2013. p. 01-10.

FRANCO, A. S. *Relatório do Grupo Escolar Benjamin Constant 1922-1923*. Belém: [s.n.], 1923, 06 p.

FRANCO, A. S. *Relatório do Grupo Escolar Benjamin Constant 1923-1924*. Belém: [s.n.], 1924, 09 p.

FRANCO, A. S. *Relatório do Grupo Escolar Benjamin Constant 1925-1926*. Belém: [s.n.], 1926, 10 p.

FRANCO, A. S. *Relatório do Grupo Escolar Benjamin Constant 1926-1927*. Belém: [s.n.], 1927, 10 p.

GOUVÊA, M. C. S.; AFONSO, B.; FIGUEIREDO, E. R; NOGUEIRA, P. B. O projeto republicano de instrução e as escolas isoladas urbanas: entre a transitoriedade e a permanência (Belo Horizonte 1906-1927). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 16, n. 2 [41], p. 311-340, abr./jun. 2016.

NAGLE, J. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: Editora Edusp, 2009, 344 p.

PAIVA, V. P. *Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1973, 527 p.

PARÁ. *Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. Lauro Sodré Governador do Estado ao expirar o seu mandato no dia 1º de fevereiro de 1897*. Pará. Belém: [s.n.], Diário Oficial, 1897, p. 30-33.

PARÁ. *Carvalho Governador do Estado em 15 de abril de 1898*. Belém: [s.n.], Typ. do Diário Oficial, 1898, p. 16-17.

PARÁ. *Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho Governador do Estado em 7 de abril de 1899*. Belém: [s.n.], Typ. do Diário Oficial, 1899, p. 47-50.

PARÁ. *Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho Governador do Estado em 1 de fevereiro de 1900*. Belém: [s.n.], Typ. do Diário Oficial, 1900, p. 59-77.

PARÁ. *Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho Governador do Estado em 1 de fevereiro de 1901*. Belém: [s.n.], Typ. do Diário Oficial, p. 51-67.

PARÁ. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura da 3ª reunião de sua 10ª legislatura a 7 de setembro de 1920. Pelo Governador Dr. Lauro Sodré*. Belém: [s.n.], Typ. do Diário Oficial, 1920, p. 58-76.

PARÁ. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 1ª reunião de sua 11ª legislatura, a 7 de setembro de 1921*.

Pelo Governador do Estado Dr. Antonino E. de Sousa Castro. Belém: [s.n.], Typ. do Diário Oficial, 1921, p. 74-76.

PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 7 de setembro de 1922, pelo Dr. Antonino Emiliano de Sousa Castro. Governador do Estado do Pará. Belém: [s.n.], Typ. do Diário Oficial, 1922, p. 66-70.

PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da [...] pelo Governador do Estado Dr. Antonino E. de Sousa Castro. Belém: [s.n.], Typ. do Diário Oficial, 1924, p. 67-90.

PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 2ª reunião de sua 12ª legislatura, a 7 de setembro de 1925, pelo Governador do Estado Dr. Dionysio Ausier Bentes. Belém: [s.n.], Typ. do Diário Oficial, 1925, p. 55-62.

PARÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 3ª reunião de sua 12ª legislatura, a 7 de setembro de 1926, pelo Governador do Estado Dr. Dionysio Ausier Bentes. Belém: [s.n.], Typ. do Diário Oficial, 1926, p. 19-34.

SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T. *O Legado Educacional do Século XX No Brasil.* 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2014, 203 p.

SILVA, G. B. *A educação secundária: perspectiva histórica e teoria.* São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969, 422 p.

TELES, F. A. *O sistema de normas e valores dos grupos escolares paulistas: a naturalização da ênclise.* 2014. 145 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo.